



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12077 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

PERSPECTIVAS DE PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO SOBRE SEUS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Thiago Falcão Solon - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Giovana Maria Belém Falcão - UECE - Universidade Estadual do Ceará

PERSPECTIVAS DE PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO SOBRE SEUS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Introdução

Este escrito tem por objeto de estudo a formação continuada no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A ênfase nessa etapa formativa se justifica pois, nos últimos anos, a formação continuada para docentes do AEE, um serviço da Educação Especial, tem sido pauta de intensas discussões e reflexões sobre seus desdobramentos e implicações para a efetividade desse trabalho. Desde a publicação da atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), dentre outros documentos legais-normativos, o cenário da formação continuada de professores do AEE viveu transformações, redefinições e um novo formato. As mudanças levaram o AEE e seu profissional ao papel de terem que contribuir com a inclusão de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação na escola comum, com a necessidade de uma formação de qualidade e coerente com os objetivos de uma educação inclusiva (QUEIROZ, 2017).

Nesse sentido, diversos autores, como Silva e Velanga (2013), Silva (2014), Queiroz (2017), dentre outros, asseveram que a formação continuada perfilhada para o AEE tem diferentes reverberações na prática dos profissionais desse serviço, tornando-se um importante ponto de discussão. Isso porque, a oferta dessa formação, as modalidades de cursos apontadas e a própria efetividade da formação continuada para o cumprimento das atribuições em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), isto é, espaço de funcionamento do AEE na escola, são aspectos decisivos e podem colaborar ou não na atuação de cada professor. Ademais, o

enfrentamento aos desafios que se apresentam na prática do AEE também deve ser considerado no cerne dessa formação, pois atuar na perspectiva inclusiva representa um desafio constante e produz diferentes implicações dentro da escola (SILVA; VELANGA, 2013).

Assim sendo, partimos dos seguintes questionamentos: a formação continuada dos professores do AEE é seguida conforme preconizam os documentos legais? Os cursos de formação continuada vivenciados pelos professores do AEE respondem aos desafios e atribuições da função? Os professores do AEE entendem que existem ou não contribuições de seus processos de formação continuada para a atuação em SRM?

Para responder a tais indagações, definimos como objetivo da investigação averiguar as perspectivas de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre os aspectos e elementos que atravessam seus processos de formação continuada. Para tanto, o estudo parte de uma análise quantitativa, utilizando-se de um questionário com professores do AEE atuantes na Rede Municipal de Caucaia (CE). As perguntas destacaram os diversos elementos que perpassam a formação continuada para o AEE, permitindo à compreensão de como os docentes entendem e avaliam os processos de formação vivenciados por eles ao longo da carreira nesse segmento docente.

Assim sendo, além dessa introdução, apresentamos a metodologia do estudo e na sequência, trazemos os resultados e as discussões tecidas a partir das respostas das professoras investigadas, sinalizando importantes apontamentos sobre seus processos de formação continuada para o AEE. Em seguida, trazemos as considerações finais e as referências utilizadas.

Metodologia

O estudo ancora-se na abordagem quantitativa. Segundo Gil (2008), as pesquisas de caráter quantitativo comprometem-se em analisar a realidade de forma estatística, a fim de identificar semelhanças e diferenças relacionadas a um determinado fenômeno. No caso deste trabalho, utilizamo-nos da abordagem quantitativa para melhor investigar a formação continuada dos professores do AEE, destacando as semelhanças, diferenças e prevalências nos modos como aqueles entendem, avaliam e articulam essa formação em suas atuações em SRM.

Nesse sentido, os sujeitos e o cenário da pesquisa foram 10 professoras do AEE atuantes na Rede Municipal de Caucaia (CE). Como instrumento de produção de dados, utilizamos o questionário do tipo fechado, que de acordo com Gil (2008), consiste em questões com alternativas pré-determinadas e os respondentes devem escolher a que melhor lhe contempla. Neste trabalho, o questionário envolveu diversos aspectos da formação continuada para o AEE, num total de 4 questões, cada uma contendo 5 alternativas (A, B, C, D e E), nas quais as professoras deveriam eleger apenas uma alternativa das apresentadas no formulário.

Quanto ao formulário, este foi realizado via plataforma *Google Forms*, no mês de maio de 2021. As perguntas envolveram, respectivamente, o perfil de formação das professoras, os cursos de formação realizados e a compreensão das atribuições conferidas ao AEE, bem como as possíveis contribuições da formação continuada para a atuação e o enfrentamento aos desafios desse serviço. As alternativas foram elaboradas de acordo com cada pergunta, ou seja, as primeiras consistiram de alternativas nominais, enquanto as demais basearam-se em níveis de satisfação ou de opinião acerca dos aspectos tratados.

Resultados e discussões

Quanto à primeira pergunta, referente ao perfil de formação das professoras investigadas para o AEE e os cursos por elas obtidos, tivemos resultados diferentes. Houve a preponderância de 80% das professoras marcando a alternativa E, ou seja, que tratava de mais de um tipo de cursos de formação continuada, mencionados nas alternativas anteriores. Por sua vez, 10% das professoras selecionaram a opção B, afirmando que possuem curso de mestrado, enquanto 10% marcaram dentre as alternativas a opção D, destacando que possuem apenas cursos de extensão ou de atualização de pelo menos 180 horas em Educação Especial ou áreas afins.

Dessa forma, enfatizamos aqui o que dispõe Brasil (2008), preconizando que “Para atuar no AEE, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área” (p. 17). O documento assegura ainda que a formação continuada ocorre mediante cursos de pós-graduação e/ou cursos de extensão, de atualização ou de aperfeiçoamento, desde que com carga-horária mínima de 180 horas (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, a preponderância de mais de um tipo de curso de formação no perfil das professoras pode ser considerada natural, uma vez que os professores, em sua maioria, realizam diversos cursos ao longo da carreira, como especializações e cursos de extensão ou aperfeiçoamento, muito embora não tenham sido especificados, nesse caso, quais seriam esses cursos nas respostas das professoras. Por sua vez, a professora que afirmou possuir curso de mestrado sinaliza que ainda são poucos os docentes que possuem esse nível de formação, pela dificuldade ainda existente de acesso a esses cursos, ao passo que a professora que afirma possuir apenas cursos de extensão ou aperfeiçoamento, possivelmente, ainda encontra-se no início da sua carreira no AEE, apesar da obtenção somente desse tipo de cursos já ser suficiente para habilitar o professor a atuar na função.

No tocante à questão 2, referente ao nível de satisfação das professoras sobre os cursos de formação e a compreensão das atribuições da função, houve a preponderância de apenas duas alternativas. 60% das professoras selecionaram a alternativa A, ou seja, demonstram estar muito satisfeitas com os cursos vivenciados por elas, enquanto 40% elegeram a opção B, afirmando que se sentem parcialmente satisfeitas com os cursos de formação que participaram.

Dessa forma, identificamos que a maioria das professoras veem de forma positiva os cursos de formação vivenciados por elas, possivelmente em decorrência da qualidade, por atenderem suas necessidades, ou mesmo por auxiliarem na compreensão das atribuições conferidas ao AEE. Por outro lado, as professoras que expressam estar parcialmente satisfeitas, evidenciam a existência de problemas, que podem ser de ordem geral, ou seja, de todas as formações ofertadas, ou de caráter individual, envolvendo a própria relação das professoras com os cursos. De todo modo, nos causa estranheza as professoras que se sentem totalmente satisfeitas, pois via de regra, todos os cursos apresentam algum problema ou queixa por parte dos docentes, de modo que as últimas professoras parecem melhor representar a realidade, sobretudo no contexto atual do AEE, em que ainda evidenciam-se dificuldades de acesso aos cursos e a ênfase técnica das abordagens sobre as atribuições do AEE (QUEIROZ, 2017).

Nessa direção, ressaltamos aqui algumas das atribuições conferidas ao professor do AEE pelas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 04/2009. Dentre elas, estão identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos e de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes público da Educação Especial; elaborar e executar Plano de Atendimento Educacional Especializado; estabelecer parcerias intersetoriais e articulação com os professores de sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes nas atividades escolares (BRASIL, 2009). Portanto, a oferta de uma formação de qualidade, que contemple essas e outras atribuições do professor do AEE, se faz necessária para a efetividade do serviço, muito embora essa formação, como vimos, seja complexa e repleta de tarefas que estão para além das SRM (SILVA; VELANGA, 2013).

Por sua vez, a terceira pergunta, que dispunha sobre as possíveis contribuições da formação continuada para a atuação das professoras no AEE, revelou também a preponderância de uma alternativa em relação às demais, embora outras duas alternativas também tenham sido apontadas. 70% das professoras destacaram como opção a alternativa A, ou seja, com certeza os cursos contribuíram, enquanto 20% destacaram que poderia ser melhor e 10% afirmaram que os cursos, em geral, contribuíram em suas atuações no AEE.

Desse modo, constatamos que boa parte das professoras, assim como a questão anterior, entendem contribuições na formação continuada vivenciada por elas ao longo de suas trajetórias, o que é um fato bastante relevante. Na realidade, independente do formato e modalidade de cursos, a formação continuada para o AEE precisa ser responsiva e atender as necessidades dos docentes, muito embora essa compreensão tenha um caráter mais individual, pois cada professor atribui seus próprios significados às vivências de formação (DAMASCENO, 2016). Por outro lado, evidenciam-se professores que não veem contribuições nas formações continuadas que participaram, o que pode também revelar um distanciamento geral dos cursos com a prática, ou a forma pouco significativa com a qual as

professoras avaliam suas formações.

Por fim, a quarta e última pergunta, indaga sobre o fato das formações ajudarem as professoras a responderem aos desafios da prática e pensarem estratégias de enfrentamento a esses desafios, também se viu a predominância de dois itens, apesar de uma única professora escolher uma terceira alternativa. 50% das professoras selecionaram a alternativa B, ou seja, afirmaram que suas formações ajudaram apenas em algumas situações. Por outro lado, 40% já marcaram a opção A, destacando que as formações sempre ajudaram a conhecer e pensar estratégias de enfrentamento aos desafios. Apenas 10% das professoras destacaram que suas formações lhes ajudaram razoavelmente na compreensão e enfrentamento dos desafios do AEE, apresentada na alternativa C.

Dessa forma, entendemos uma certa proximidade entre as professoras que afirmaram que as formações sempre auxiliavam ou auxiliavam em muitas situações na prática do AEE. Ambas as alternativas são semelhantes, porém, as professoras que marcaram a segunda opção sinalizam que nem sempre essa formação contribuiu, e as razões para tal podem ser diversas, como as já mencionadas nas questões anteriores. Sabemos que a capacidade responsiva de uma formação não é tarefa simples, principalmente em contexto de educação inclusiva, em que o professor do AEE vivencia desafios dentro e fora da escola (SILVA, 2014). Ainda assim, é preciso se pensar em formações que cada vez mais possam auxiliar os professores do AEE em suas atuações nas SRM, entendendo que nenhuma formação é perfeita, nem tampouco redentora de todos os males.

Considerações finais

Com a realização do estudo, constatamos que as professoras sinalizaram importantes perspectivas sobre os modos como entendem e avaliam seus processos de formação continuada. As temáticas e aspectos tratados não demonstraram grandes contrastes nas respostas das professoras investigadas, o que de certa forma, expressa uma compreensão geral sobre como essa formação vem desenvolvendo-se e é vivenciada pelos professores do AEE em suas carreiras docentes.

Outro apontamento relevante foi que a maioria das professoras investigadas avalia de forma positiva seus processos de formação continuada, sem apresentarem grandes queixas e insatisfação em relação aos cursos vivenciados e às contribuições dos mesmos para a atuação no AEE. Embora não podemos afirmar que as respostas dizem respeito a todos os professores do AEE, já que a realidade tomada para a pesquisa foram os docentes atuantes no município de Caucaia, acreditamos que este contexto pode expressar, de alguma forma, o panorama atual da formação continuada para o AEE no Brasil, após a vigência do paradigma da educação inclusiva e dos documentos legais que se sucederam.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução 04**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica 11**. Brasília. 2010.
- DAMASCENO, F. C. J. **Política de Educação Especial**: formação continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Dissertação. Universidade Estadual do Ceará. 2016.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6 ed. São Paulo. Atlas. 2008.
- QUEIROZ, J. G. B. de. A. **Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Ensino de Manaus**. Dissertação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus. 2017.
- SILVA, M. R. da. **A formação dos professores de Atendimento Educacional Especializado de Goiás**. Dissertação. Universidade Federal de Goiás. Catalão. 2014.
- SILVA, S. C. G. V.; VELANGA, C. T. **Formação inicial e continuada dos professores das Salas de Recursos Multifuncionais**: o desafio da inclusão. Porto Velho. Universidade Federal de Rondônia. 2013.